



A Ética do/no Discurso Político

Jandir João Zanotelli*

Segunda Parte - Pressupostos Teóricos

(Obs. A primeira parte consta no número anterior desta mesma revista Razão e fé. A terceira parte seguirá no próximo número.)

Resumo: O presente artigo pretende tematizar o discurso político do Congresso Nacional Brasileiro, nos anos de 2005-2006 relacionando-o com a ética. Para tanto adotamos o posicionamento de Enrique Dussel para quem a ética necessariamente deve englobar três dimensões: 1. uma dimensão material, substancial, real; 2. uma dimensão formal, universal, transcendente; 3. uma dimensão de factibilidade. Superam-se assim as dimensões éticas apontadas pela Modernidade e pós-modernidade, inclusive as posições de Apel e Habermas em sua ética do discurso. “A reprodução e o desenvolvimento da vida do sujeito humano é o critério de verdade (teórica e prática), condição absoluta da existência não somente dos sujeitos da argumentação enquanto tais, senão também dos próprios processos conceituais e lingüísticos”¹ Nesta perspectiva teórica, o discurso político parece revelar, a um tempo, a banalização do agir político exclusivamente pautado pela estratégia da eficácia, do poder pelo poder (razão cínica), e por outro faz-se teatro de apelo para o ético (da outridade). A ambiguidade ética, desde o nihilismo, relativismo ao comunitarismo, ao pragmatismo, adotado inclusive em universidades do Brasil, deve e pode ser superada. Analisamos assim os discursos de denúncia, defesa, dos argüidores e da sociedade sobre os escândalos ocorridos nas casas do Congresso, tentando discernir em que se fundam e a que levam. Com isso tentamos vincular: ética, discurso, política e filosofia.

Palavras-chave: Ética; discurso; política.

* Professor da UCPel. Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia N S da Imaculada Conceição, graduado em Teologia - Seminário Maior N S Imaculada Conceição Viamão e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Doutorado em Filosofia da Educação pela Universidade Federal de Pelotas.

¹ Dussel-Apel, 2005: 343.

Como compreender estes fatos e discursos políticos?

O materialismo histórico mostra-se incapaz de fundar o discurso político e a linguagem simplesmente, nos dias de hoje.

A linguagem traz em si ao mesmo tempo o determinismo histórico (econômico-político-social) e a liberdade que renova, recria, revoluciona o que é dito e o que deve ser dito.

O suporte desta possibilidade é a ética. Sem ética não há linguagem, nem política, nem formação social ou discursiva. Até mesmo o encobrimento ideológico da exclusão, do privilégio, da desigualdade necessita de uma ética em que o discurso apareça como ético. É ainda a ética que funda seu próprio disfarce.

A fecundidade da linguagem da política está numa ética presumida ou exercida.

O estudo da ética presumida ou/e exercida na prática política, no Brasil, como eficácia política, é o objeto da presente pesquisa.

O tema é a vinculação de ética e linguagem da e na prática política, especialmente nas práticas que buscam legitimidade para o exercício do poder e, mais do que nunca evidenciado nas políticas sociais.

A hipótese é a de que a eficácia, a eficiência e a relevância da atuação política dependam de sua fundamentação ética tornada evidente (verdadeira ou falsamente) ao universo dos implicados na atuação. A ética funda a legitimidade da política e a própria política. O poder não se conquista, não se mantém, não se exercita sem a legitimidade. A Democracia, especialmente a Democracia Participativa tornam cada vez mais evidente esta relação.

A linguagem e especialmente o discurso político no Brasil hoje (assume a cara da pós-modernização, do nihilismo ético, da subjetividade elevada ao ápice, do mercado da palavra operado na mídia) é o exercício da razão cínica, como estratégia do poder. É o discurso, não apenas estratégia de convencimento, mas violência simbólica (Althusser...) que produz e reproduz o *status quo* em benefício dos que detêm a dominação e a hegemonia institucional e simbólica do poder.

Se, por um lado está claro que a Subjetividade moderna não é fundamento para a ética. Nem na política, nem na religião, nem na metodologia científica, nem na filosofia... Por outro lado, a ética não pode ser apenas formal (Imperativo Categórico) nem intimista (a boa consciência). Deve acontecer materialmente na economia, na política, na educação, na organização social.

Nem o consenso em sua formação e exercício, parece dar conta de fundar o agir ético, mesmo em igualdade de condições, com simetria dos interlocutores (Apel e Habermas) se não iniciar e concluir na inclusão dos excluídos do diálogo para o consenso.

Entre os iguais não há ética, há apenas a mesmidade do mesmo, a auto-proteção que sempre camufla uma carta na manga, um engano, um segredo como alma do negócio... As condições éticas de veracidade, de coerência, realidade, transparência para o diálogo só acontecem na transcendência em direção ao ouvir o clamor do excluído e associar-se a ele como companheiro e assessor do processo de libertação.

Não pode haver ética na política e nem no discurso político (que seria apenas encobrimento da não-ética na política) se não houver ouvidos para o clamor dos excluídos, e boa vontade para incluí-los na partilha dos bens e da palavra... Para não ter que ouvir o clamor do excluído, provocam-se mais ruídos de máquinas (MCS, ...), de políticas clientelistas e populistas... Numa demonstração de “Quem está fazendo mais...”

Para compreender a ética no discurso político utilizaremos o quadro teórico delineado por quatro pensadores além do texto das leis brasileiras e dos discursos políticos: J. Habermas, E. Dussel, Boaventura de Souza Santos e Michel Foucault. Os dados para análise serão coligidos das políticas sociais, anunciadas, praticadas e suas justificativas, através da imprensa e do acompanhamento das práticas, sempre focando a possibilidade da participação como elemento determinante da Democracia.

O estudo da força operativa da linguagem será estudada com base na história da Filosofia e da Linguagem (pré-socráticos, especialmente os sofistas – Aristóteles – Herder – Wittgenstein – Austin). De Habermas buscaremos o confronto e a superação de dois conceitos: a linguagem como ação estratégica e como ação comunicativa. Em Boaventura Santos confrontaremos a questão de é preciso democratizar a democracia. Dussel nos oferecerá a base de reflexão sobre a fundamentação ética. Estão supostas as análises do discurso de Althusser, Derrida, Lacan.

Antes, porém de analisar as teorias que podem permitir a compreensão destes fatos e discursos políticos, situemos historicamente este modo de ser e pensar.

1. Um pouco de História das eticidades

Para compreender a questão da ética no discurso político como se apresenta no Brasil dos anos de 2005 e 2006, em época de

globalização, faremos uma breve e sumária incursão na história das eticidades seguindo a trilha apontada por E. Dussel, como se verá.

O extravio e mesmo a impossibilidade de pensar a ética neste início do século XXI marcado pela globalização e pelo mercado, em meio a prognósticos sombrios de sobrevivência do homem na terra, é marcado por dois pré-conceitos fundamentais: o helenocentrismo e o eurocentrismo. E podemos dizer que o helenocentrismo é a alma do eurocentrismo, especialmente desde o Renascimento e a Modernidade. A ética, situada desde estes dois pré-conceitos não consegue articular um critério universal material, formal e de efetividade.

Para superar estes etnocentrismos e situar a ética em nível planetário, é relevante seguir as trilhas indicadas por E. Dussel na Introdução de sua obra *A Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão*².

Evidencia, em primeiro lugar como o sistema inter-regional de civilizações egípcio-mesopotâmico a partir da Civilização Bantu (no IV milênio antes de Cristo), o Indo-europeu (desde o século XX aC: com os Hititas, com os Hicsos, com o Rio Indo e Amarelo, com os Medos e Persas e, especialmente com os helenos e romanos), na constituição do Estado de Cristandade (313 dC) se fez base para o sistema mundo (a partir de 1492 tendo como centro a Europa Ocidental e como periferia a América Latina, a África

Bantu e mundo muçulmano e toda a Ásia. Este sistema mundo se fez global tendo como centro o Primeiro Mundo nos dias de hoje.

O mundo periférico não é levado em consideração pelo centro. Assim a rica experiência dos povos pré-semitas (Bantus, Sumérios, Egípcios, Rio Indo, Rio Amarelo, Maias e Astecas e Incas) é excluída a priori da fundamentação ética pelo centro. Excluídos como pensamento e ética primitivas, não-rationais, não formais, demasiadamente materiais e mescladas com o religioso, estes povos deixam de oferecer ao centro aquilo que seria a sua saída. As civilizações semitas (Acádicos, Mesopotâmicos, Fenícios, Árabes, Hebreus, Cristãos) somente são acolhidas pelo centro enquanto articuladas com as civilizações greco-romanas indo-européias.

Aristóteles e Platão reconhecem que é das escolas de sábios egípcias que a Grécia recebeu o fundamento da sabedoria calcada na criação do mundo por Thoth que “desde o seu coração (Horus) e por meio da Língua, a Palavra, o logos, cria o universo... O cosmo

² Petrópolis: Vozes, 2000.

e a humanidade têm uma ordem ou regra universal: Maat é a ‘verdade’ ou a ‘lei natural’ universal em seu sentido prático”³

Maat foi a chave da visão egípcia do comportamento ético... Maat é a ordem devida na natureza e na sociedade, conforme o ato de criação o estabeleceu, por isso significa, conforme o contexto, o bom, o correto, a lei, a ordem, a justiça e a verdade`

O Egito, que desde os Bantus, cultua os mortos e os ancestrais ensina-nos a afirmação da vida em sua carnalidade, em sua corporeidade.

Por isso o Morto retoma a carnalidade (ressuscita) depois da morte empírica, para nunca mais morrer. O princípio individual da pessoa (ka) que se recebe com o nome próprio, único (a ‘singularidade’ [*Einzelheit*]: “Osiris N.”), sobrevive à morte. A “carne” é valiosa, tem sentido, mumifica-se, perfuma-se, ressuscita para toda a eternidade. Isto abre todo um horizonte de normas éticas concretas de grande positividade carnal, histórica, comunitária⁴.

Por isso, ao ser julgado, após a morte, diante de Osíris o ka justificará sua entrada para a vida eterna com o seguinte discurso:

Não cometi iniquidade contra os homens... Não empobreci um pobre em seus bens... Não fiz padecer fome... Não acrescentei peso à medida da balança... Não roubei com violência... Não roubei pão... Satisfiz Deus cumprindo o que ele desejava. Dei pão ao faminto, água ao sedento, vesti o que estava nu e uma barca ao naufrago... Fazeio-o vir, dizem os deuses falando de mim. Quem és tu? Me dizem. Qual é o teu nome? Me perguntam⁵

E Dussel mostra como, antes dos Semitas e juntamente com os Astecas “a existência humana concreta, com nome próprio, vivida responsável e historicamente à luz do Juízo de Osiris, constitui a “carnalidade” real (a sua materialidade) da vida do sujeito humano como referência ética suprema: dar de comer , de

³ Dussel, 2000, pg . 26-27.

⁴ Dussel, 2000, p. 27.

⁵ Livro dos Mortos, cap. 125 in Dussel, 2000, p. 27

beber, de vestir, hospedagem... à carne faminta, sedenta, nua, exposta às intempéries...”⁶

Pode-se dizer que para os pré-semitas (as seis primeiras grandes civilizações da humanidade: Bantu-egípcica, Suméria, do Rio Indo, do Rio Amarelo, dos Maios-astecas e Incas): o ético, o certo, o correto, o bom, o verdadeiro, o justo tem a ver com a comunidade, vinculada nas leis da criação do universo, vivida pela tradição miticamente e atualizada pelo rito. A ética, enquanto critério para a Ressurreição é o parâmetro da vida concreta desde aqui.

Entre os guaranis, de corte incaico, assim como na cultura inca-quíchua, a palavra guarda a identidade profunda de cada pessoa (a pessoa, sua alma, sua essência é seu nome) e da comunidade enquanto canto acolhido da inspiração do Dador da Vida, e alimentando a esperança de cada um e de toda a comunidade, de reencontrar o espaço originário, a terra originária, a terra sem males. Três são os imperativos formais da ética: *Ama llulla* – não mentirás, *Ama Kella* – não deixarás de trabalhar, *Ama Sua* – não roubarás⁷

Para os astecas a ética é a arte de criar e educar seres humanos “que atendia ao seu gênero de vida, à pureza de seu coração, a seu coração bom e humano, firme, dizia-se que tinha o divino em seu coração, que era sábio nas coisas divinas”⁸. Enfim um homem educado é aquele que tem o coração firme como uma pedra e uma árvore e um rosto compreensivo.⁹

O homem, em sua práxis humana individual e comunitária, vivendo eticamente como um ente “merecido”(macehual), que recebeu seu ser da gratuidade do sacrifício de outrem, vive este estado de dívida na afirmação originária da Vida que se doa e se recebe gratuitamente. “Desta maneira a ‘macehualidade’ é um ‘modo de existência’, o viver positivamente desde a gratuidade não merecida e originada na ‘alteridade’. A justiça para com os membros da comunidade é um ato de exigida gratificação”¹⁰

A perspectiva semita traduzida no código de Hammurabi, seguida pelo profeta Isaías e pelo programa de evangelização de Jesus, insiste que o homem existe para “fazer surgir a justiça na terra, para eliminar o mau e o perverso, para que o forte não oprima o fraco... para que o forte não oprima o pobre, para fazer justiça ao

⁶ Ibidem.

⁷ Dussel, 2000, p.32.

⁸ *Código Florentino*, Livro III, p. 67.

⁹ Leon Portilla, 1979, 29.

¹⁰ Dussel, 2000, p. 32

órfão e à viúva”¹¹ para dar de comer, de beber, vestir, habitar, saúde ao necessitado¹²

Para as civilizações indo-européias, visivelmente a persa, grega e romana, a experiência da guerra invencível (através das armas que só eles tem: o cavalo e o ferro), funda sua experiência de história como domínio que faz do vencido o que o vencedor quiser: propriedade absoluta e exclusiva. Ser humano é ser proprietário, e ser proprietário é fazer do que é seu o que se quiser. Ser é poder, ser *dominus*. O homem é, assim, dono da terra, dos frutos da terra, dos trabalhadores da terra (incluindo escravos, mulheres e filhos), dono de si mesmo e dono de deus e do critério de toda a validade ética. O homem é o seu poder. O poder é o critério de ser ou não ser. O poder se alcança pela espada (a cavalo) ou pela lógica e a palavra enquanto destruição do argumento contrário: enquanto arte de convencer, enquanto retórica (onde a palavra se faz taumatúrgica e onipotente. A palavra constitui o verdadeiro e o válido).

O homem, porém, que é dono de tudo, não é dono de seu corpo. O corpo é seu inimigo e sua impossibilidade. A carne, o corpo e tudo o que provêm do corpo é a negação do humano. O homem só é humano pela alma. Aprisionada no corpo por uma culpa original, a alma luta para dominar o corpo e livrar-se dele. Ser ético é livrar-se do corpo.

A experiência do dualismo (corpo e alma) alicersa-se no dualismo metafísico (o ser é o uno e tudo o que se afasta do Uno é mau, negativo, decadência, divisão) a verdade, o bom, o justo, o ético só se conquista pela anulação do plural, múltiplo, decaído (a negação do corpo, do desejo, da carnalidade, do concreto, do histórico, da sexualidade, do tempo e do espaço). Tudo o que é corporal deve ser desprezado, negado, superado, numa ascensão ascética (como o faz o Budismo), ou de conhecimento dialético (como o faz a filosofia de Platão). A alma, idêntica ao divino, aprisionada num corpo, deve ser libertada pela negação do prazer (o sofrimento), pela morte, pela educação.

A alma é auto-suficiente, autárquica, auto-poiética, o poder em si e para si mesmo. Para este poder, os outros, a comunidade, a relação não conta senão como meio, instrumento da felicidade individual que se decide como ato prudencial (*frônesis*).

O homem é um indivíduo que se basta a si próprio e a comunidade (*polis*), os outros existem como necessidade,

¹¹ Código de Hammurabi, introdução e conclusão.

¹² Mateus, 25, 1 e ss.

instrumento, meio para a auto-realização. Nestas civilizações não há espaço para o gratuito, o generoso, nem para o perdão. Na relação inter-individual só permanece o comércio de troca de interesses. A ética localiza-se ali.

Quando o cristianismo (semita) se fundir com o Império Romano (indo-europeu), no Estado de Cristandade (desde 313, especialmente), a propriedade e o poder tornar-se-ão sagrados, equivalência do Ser. Deus é visto como o todo poderoso e dono de tudo, porque criou todas as coisas. Seu representante na terra é o papa (da propriedade e do poder), o rei é o delegado do papa. A ética consiste num ato religioso de obediência a Deus, a seus mandamentos, através de seus representantes hierárquicos. Obedecer à hierarquia eclesiástica que contém em si o poder político e social, é ser bom, correto, ético, justo, digno da salvação.

A ética na civilização ocidental nasce do coração do Estado de Cristandade que consiste na fusão de poder e religião. O Estado de Cristandade é a matriz do projeto europeu de civilização-evangelização que se fez mundo pela colonização, pelo imperialismo e pela globalização. Sua alma é o mercado. Assim o *ethos*, o comportamento ético, “nobre que pudesse ser admirado e citado como exemplo... bom, belo, honroso, estimável, memorável... um modo específico de realizar a liberdade¹³ apontado por Aristóteles, no horizonte da Polis grega, e depois ampliado para os limites do Império Romano, será confrontado com o ético visualizado pelo Cristianismo e depois fundido contraditoriamente com este.

O *ethos* monoteísta, profético, criacionista, comunitário, centrado sobre a alteridade misteriosa do outro, especialmente do pobre e oprimido, na sacramentalidade da vida fraterna dos cristãos originários da perspectiva semita, junta-se com o *ethos* do homem como *alma* auto-determinável e autárquica, aprisionada no corpo e articulando sua liberdade na polis. Desde a guerra e o poder de guerra dos indo-europeus o *ethos* grego é o do dominador e proprietário. Uma propriedade que é absoluta (sobre tudo: a terra, os frutos da terra, os trabalhadores da terra neles incluindo o prisioneiro de guerra, a mulher e o filho; sobre si mesmo – enquanto controla a sensibilidade, os desejos, as paixões oriundas do corpo; sobre deus – transformado em instrumento de seu domínio). Propriedade que é também exclusiva: não há possibilidade de co-propriedade, com-domínio. Os outros serão

¹³ M. Foucault, in F.-Betancourt e Müller, 2002: 57.

sempre o inferno (no dizer de Sartre) porque lutam para que eu não seja nem realize meu domínio, minha liberdade.

Ora a fusão destes dois *ethos*, sendo um negação do outro, só pode acontecer como negação. Impossível a síntese. A fusão acontece então sob a forma de simulação, de um faz-de-conta, de uma ideologia. Esta fusão chama-se Estado de Cristandade. Nele o *ethos* cristão é imposto como verdade única, absoluta, dogma, através do poder do Estado Romano que, desde 313 será o Estado Cristão: o Estado de Cristandade. Por estratégia política de Constantino, os 2.000 bispos cristãos são reunidos no campo de pela de Nicéia e incitados, obrigados (cercados que estão pela polícia romana) a definir a fé cristã num conjunto de princípios (o Credo, que depois será completado em Constantinopla em 381) que serão inquestionáveis. Quem discutir (função profética dos primeiros cristãos) agora será herege: pecador contra a Igreja e criminoso contra o Estado.

A Igreja, agora definida como sociedade hierárquica em cujo topo está o papa, definirá o *ethos* do Estado de Cristandade em todos os seus âmbitos: econômicos, políticos, sociais, culturais e, obviamente, religiosos. Deus, na perspectiva da *alma autárquica* grega, é definido como o Proprietário, o dono, o *dominus, basileus* do universo; o papa é visto como o representante de Deus na terra, o rei como o delegado do papa (uma vez que, desde 800 é o papa que o unge como rei e imperador) e todos os outros poderes estarão subordinados ao papa. Assim quem define o *ethos* é a hierarquia da igreja e o papa. Tudo em nome de Deus.¹⁴

Na luta para alcançar o poder do papado a Europa renascente desde o comércio internacional cria os campos de força da Hierarquia eclesiástica por um lado e dos príncipes e burgueses por outro. A criação do colégio cardinalício e a Bula de ouro expressam bem isto. Assim a Europa, desde Portugal de 1383 e Espanha de 1492, organiza-se em Impérios Mercantis Salvacionistas, como um pacto entre a nobreza ao redor de seu rei, a burguesia com o financiamento do empreendimento mercantil, e o clero buscando conquistar almas para Cristo contra os infiéis (pagãos em geral e especialmente islamitas).

Se perguntarmos pelo *ethos* ínsito neste pacto ou projeto civilizatório poderemos concluir que:

1. Ético é obedecer e servir ao pacto: ser súdito do rei e do papa como obediência a Deus que é criador e portanto

¹⁴ Cf. Zanotelli, 2003.

senhor e dono de tudo o que existe na terra e que confiou ao papa a administração de tudo. O papa, por sua vez delegou os poderes ao rei. Como o padre Valverde, em nome de Pizarro, intima a Atualpa imperador dos incas a que entregue o ouro e os bens, e se declare súdito para salvar a vida de seu povo. Se não se subordinasse reconhecendo o senhorio do rei e do papa seria morto em guerra justa em nome de Deus.¹⁵

2. Ser ético é estar dentro do Estado de Cristandade: professar a fé cristã segundo a interpretação político-religiosa da hierarquia. É ser machista segundo o modelo de santidade do celibato clerical. É inserir-se em sua vocação instituída por Deus que criou três gêneros de homens: uns para governar, outros para rezar e outros para trabalhar e obedecer.
3. Ser ético é ser rico e dominar o mundo em nome de Deus que pré-destina, abençoa, enriquece os privilegiados para a salvação. Ser ético é bendizer a Deus pelos privilégios concedidos.
4. Ser ético é dominar os prazeres, as paixões, as sensações e concentrar-se na alma e nas virtudes da alma.

Quando o mercantilismo subverte a economia da Europa (1050-1492), retirando-a da condição de periferia dos povos islâmicos, montando o projeto de Impérios-Mercantis-Salvacionistas, a burguesia, excluída da hierarquia eclesiástica e dos privilégios da nobreza, que colonizarão a América, a África e a Ásia, e que farão do poder sagrado o emblema de identidade dos príncipes, buscará o ético e o justo na participação de cada uma (leia-se burguês) naqueles privilégios e poderes estabelecendo os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade.

Assim, o poder, alicerçado no mercado (mercantilista, manufatureiro, industrial e financeiro global) se faz o fim, e a identidade de cada um e de cada projeto, tanto no modo de produção capitalista e liberal, como no socialista de que se tem história.

O poder, porém, vigora desde que legitimado no consenso do povo obtido através do voto sobre as promessas do modernidade.

A legitimação deve ser pública, obtida no espaço democrático da república e validada pelo voto da maioria que constitui para si o Estado, não apenas como comitê de defesa do

¹⁵ Cf. o Requerimento dos governadores: in Priem, 1985 pg 64.

interesse de um grupo, mas como se fosse o lugar de todos, o lugar da liberdade, um Estado Democrático de Direito.

No entanto, a justificação do Estado, enquanto lugar público para todos os cidadãos, lugar de igualdade, liberdade e fraternidade, garantidor da livre concorrência econômica, torna-se contraditória no sentido forte do termo. Ao mesmo tempo que o público se faz e acontece em instituições de fato, garantidas pela lei e pelo Direito, devendo ser transparentes em seu funcionamento e estrutura, obedecendo, todas elas, à vontade constituidora de um povo em suas deliberações, quer por democracia direta ou indireta, ao mesmo tempo estabelece que os valores, as finalidades e determinações éticas para a constituição desse público é de ordem interna, privada, segundo o entendimento e os sentimentos de cada um.

A justificação que cada um encontra para legitimar uma ou outra perspectiva política, permanece privada, no interesse e nos valores de sua consciência. A moral, enquanto conjunto de normas e valores vividos por uma sociedade, não teria fundamento racional, e por isso universal. De nada adiante buscar no ensinamento de Kant o fundamento da moralidade: seria ética toda a ação que obedece ao imperativo categórico pragmático que todo homem tem dentro de si para fazer o bem e evitar o mal, de tal sorte que minha ação ética o é, enquanto puder ser paradigma, norma, de todo o agir. Não há fundamento racional para esta norma e para este imperativo categórico. Resulta que o critério do agir ético é esta norma religiosamente crida, como posta por Deus em toda a natureza humana. Como saber se há ou não obediência a esta norma? Isto é de foro íntimo e pessoal. Os valores se refeririam aos sentimentos, às paixões, ao coração, à irracionalidade.

Em não havendo fundamento comum para o moral e o ético, cada um terá a sua moral e a sua ética. A absoluta diversidade moral seria apenas reunida em alguns conceitos de moral geral ou média da sociedade, medida estatisticamente, na exterioridade dos comportamentos, isto é, nos costumes.

A política, então, sem pretender a ilusão de uma unidade moral ou ética de um povo, buscaria apenas um consenso na vontade (manipulada ou não) da maioria dos votantes. As propostas políticas, incluindo os programas partidários, os planos de governo, as políticas públicas, seriam meros arranjos pragmáticos visando à eficácia e à hegemonia do poder.

O discurso político buscaria articular a racionalidade do interesse da maioria. Neste sentido, o interesse tido como da maioria, legitimaria a ação política.

Em última análise, depois da Modernidade que fragmentou o pensamento reduzindo-o à instrumentalidade pragmática do fazer e do produzir para o mercado, que estraçalhou a vida comunitária transformando a todos em indivíduos, sem a possibilidade radical da solidariedade, separando dicotomicamente o público e o privado, reduzindo a ética à esfera da intimidade sentimental e irracional... na modernidade, e após a modernidade não há lugar para relacionar, pior ainda, fundamentar a política na ética. Assim o agir político não obedece à moral ou à ética, ele obedece apenas à legalidade, à publicidade do Estado que transforma em público o que interessa ao grupo dirigente e hegemônico e na medida de seus interesses. A ação política teria como fundamento a esperteza e a eficácia de conquistar, manter e administrar o poder. Para isto tudo vale: a mentira, a simulação, a manipulação de informações, especialmente retirar do alcance dos cidadãos os instrumentos e meios que poderiam por em perigo o poder.

O discurso político, sob o manto da eticidade, da moralidade, da publicidade e do interesses de todos, inclusive dos mais pobres e da inclusão social, tudo potencializado pelo microfone, pela mídia, busca garantir o consenso enquanto legitimação da ação política e das manobras do poder.

Não é possível, porém, manter o poder e exercê-lo sem a aparência de eticidade e de moralidade. Toda justificação política busca, em seu discurso, fazer coincidir o ato político com a convicção ética dos representados. Pelo menos é preciso parecer ser. Os argumentos dos discursos parlamentares e das esferas máximas do governo mostram-no à saciedade.

É bom observar que este é o horizonte moral e ético em que a Civilização Ocidental, através de Portugal gestou o Brasil.

2. Alguns pressupostos Antropológicos

No caminho dos grandes críticos da Modernidade (Marx, Nietzsche, Freud, Heidegger e Lévinas) podemos alinhar as observações abaixo, sobre a perspectiva antropológica pressuposta no agir e no falar político no Brasil de hoje.

Ser homem é essencial, radical, constitutivamente ser-com. Ser-com os outros. Ser-com-outrem. A relação com o outro não deriva da essência ou da existência do homem: constitui-o. Ser homem é ser relação. O homem é relação subsistente. O homem não pode ser pensado como indivíduo que, depois, se relaciona. Não haveria ponte possível entre os indivíduos. A própria

individualidade, a identidade pessoal acontece na relação. A solidariedade é o ato fundante do humano da qual tudo deriva.

O ato primeiro não é o sentir, imaginar, pensar, raciocinar, querer... O ato primeiro é o sentir-se vinculado ao rosto, ao olho, ao corpo do outro. A consciência primeira é a consciência da relação na qual o sentir, o querer, o fazer e o agir têm sentido.

O ato primeiro é um ato ético de solidariedade como fidelidade ou infidelidade, como amor ou como ódio, como proximidade ou distância. A distância, porém, só acontece na proximidade e como proximidade negada.

A proximidade mais próxima e que funda toda a proximidade é a com o outro enquanto outro e não do outro como outro eu, como espelho de si, como ente-à-mão, como objeto calculável e controlável. O outro do meu cálculo, do meu controle, do meu sistema é o excluído (econômica, política, social e culturalmente).

A proximidade mais próxima é experimentada, vivida, sentida como generosidade, gratuidade, desde o leite da mãe.

A generosidade funda, identifica, ultrapassa toda inter-relação, inter-locução, solidariedade.

A ética, fundando a moralidade na generosidade, encontra no clamor do excluído pedindo justiça o critério e o horizonte.

O homem é pessoa: relação subsistente. A relação constitui, identifica, individualiza na comunhão. O homem não é indivíduo que sente, pensa, age e se relaciona. Mas, enquanto relação, sente, pensa, age, expõe-se e comunga.

A interpelação do excluído (do pobre, do mais pobre, da viúva, do órfão e do estrangeiro¹⁶) é o critério para fundar o discurso, o fazer, o agir, o compreender (enquanto *episteme* e enquanto *noética* e enquanto *ética*).

A interpelação do outro não é para que nós o incluamos em nosso sistema, mas para que abramos (destruamos enquanto superamos) o sistema permitindo a inclusão de nós mesmos na síntese nova que o outro possibilita. É denúncia, antecipação, possibilidade.

A interpelação não é, porém a interpelação do mesmo, dos mesmos para os mesmos em igualdade de condições (Apel, Habermas). A interpelação exige a construção (não apenas como condição prévia – Habermas) da igualdade como prioridade, preferência do desigual....

¹⁶ Cf. Introdução e Conclusão do Código de Hammurabi, o cap. 125 do Livro dos Mortos do Egito, Isaías ou o programa de evangelização de Jesus, especialmente Mt. 25.

Na interpelação do outro a transcendência acontece como outridade... E não como mesmidade do ser e do sistema.

A destruição de toda transcendência como horizonte do homem¹⁷, impossibilita-o a ser generoso (a não ser como compra de afeto e comércio...) a ser solidário. Aceitar não receber mais (alimento) do que aqueles que recebem menos (prisioneiros franceses...) é reconhecer neles a epifania da transcendência como critério último de ser e agir.

A transcendência, assim percebida, garante (e não nega) a possibilidade do humano em suas memórias, em suas esperanças, em seu perdão, em seu amor. A transcendência que, no grito do excluído clamando por justiça, se faz inquietude, promessa, compromisso, justiça, na construção política.

No mesmo sentido pode-se dizer que ser homem é falar O essencial da fala, porém, é o escutar. Escutar é um ato de respeito ético.

A vida é constituída, articulada, estruturada simbolicamente como linguagem, narrada como mito que acontece ritualmente no mundo enquanto totalidade de significações, enquanto desvelamento, epifania do sentido do Ser. Acontece na errância, enquanto temporalidade (*kairótica*), enquanto compreensão, ... discurso, fala que vem do silêncio escutado e ouvido...¹⁸

Onde fundar essa compreensão antropológica e ética do humano?

Se o fundamento não é a natureza humana fundada na *physis* ou no *Logos* ou no *Nous* enquanto princípio primeiro de toda a interpretação metafísica; se para a Modernidade, a Metafísica Onto-teológica do Ocidente já não funda o ser humano; se a subjetividade de Descartes, Kant, Hegel não é fundamento suficiente do ser e do agir humanos apelando para o histórico, o positivamente dado (modo de produção, sistema lingüístico, mundo da vida...como sua crítica). Se, para a pós-modernidade, na relatividade de toda a definição, de todo sistema, de todo desejo, já não há possibilidade de definição do humano em seu ser e agir, apelando para princípios pragmáticos de sobrevivência, de ética do discurso baseada no consenso dos pares, na força do argumento mais forte, ou nos interesses do grupo, da comunidade confundidos sempre com os dos detentores da hegemonia e do poder... onde fundar, então, o ético enquanto horizonte do político e seu discurso?

¹⁷ Cf. Simone Weil sobre a partilha de alimentos entre os prisioneiros na última guerra.

¹⁸ Cf. § 34 de: Martin Heidegger. Ser e Tempo.

A Europa criou para si própria e para sua identidade de Civilização Ocidental, um parâmetro de compreensão: ser é poder (ser dono, proprietário). Poder é saber (na racionalidade unidimensional de apropriar-se do universo pelo conhecimento matemático experimental que descobre as leis da natureza e, assim, obedecendo-as, dominá-la). Ser homem é ser indivíduo que, pelo sucesso de seu domínio econômico, mostra o privilégio de ter sido abençoado por Deus, pré-destinado para a Salvação¹⁹.

A religiosidade será fundamento da usura, do lucro que leva ao sucesso, sinal de bênção e de pré-destinação à salvação (Calvino). A ética e a religião se farão privadas quando o Estado de Cristandade for hegemonizado pelo mercado burguês (1648). Assim a política e a economia não serão mais alcançados nem pela ética nem pela religião. A economia e a política farão da religião sua legitimação ideológica.

O homem, porém, em seu ser e agir não pode, porém ser compreendido apenas a partir dos critérios que a Europa forjou.

A Modernidade e a pós-modernidade, sabemo-lo de cor e salteado, procura através da relativização de todo critério e de seu correspondente discurso de sustentação, manter o eurocentrismo como inatacável para evitar ser posto em questão no caos que ele provoca nesta época de globalização. Para a Europa (o Primeiro Mundo de hoje) e seus próceres econômicos, políticos e seus intelectuais orgânicos (filósofos, cientistas, líderes religiosos e sociais) não há porque por em questão os critérios de civilização que a Europa engendrou e levou ao mundo todo em forma de colonização, imperialismo e mercado mundial desde a formação de seus impérios mercantis salvacionistas do século XV e XVI.

Os povos e nações que foram colonizados e civilizados pela Europa (como o Brasil) ficam na contingência de imitar a metrópole, seguir seus passos tentando inserir-se na Civilização econômica, política, social, cultural e especialmente interpretando sua vida sua política e seu discurso nos parâmetros filosófico-científico-ideológicos da matriz, para serem reconhecidos e respeitados. A identidade interna e externa de seu pensar, agir e fazer depende desse mimetismo civilizatório que os transforma em periferia dependente e excluída.

O critério da compreensão não é um princípio metafísico constituído pela subjetividade, como causa, pensamento de pensamento, unidade, o ser dos entes; nem o positivismo nem o idealismo diria Husserl, mas o mundo da vida, o mundo

¹⁹ Cf. Max Weber: A ética protestante e o espírito do capitalismo.

simplesmente, na visão de Heidegger. O homem enquanto Dasein, ser-no-mundo, lugar e clareira da epifania do Ser constituído pelo próprio Ser, tendo como critério e medida o dom que o constitui como clareira e que acontece como Dasein na referência dos entes ao Ser. A linguagem é a casa do Ser construída pelo cuidado compreensivo do homem enquanto pensador e poeta.

“O homem fala. Falamos quando acordados e em sonho. Falamos continuamente. Falamos mesmo quando não deixamos soar nenhuma palavra. Falamos quando ouvimos e lemos. Falamos igualmente quando não ouvimos e não lemos e, ao invés, realizamos um trabalho ou ficamos à toa. Falamos sempre de um jeito ou de outro. Falamos porque falar nos é natural. ...por natureza o homem possui a linguagem... o homem é o ser vivo dotado de linguagem... Enquanto aquele que fala, o homem é: homem”.²⁰

Ser homem, é viver na e da Outridade dirá Lévinas.

Pensar e poetar não são apenas uma dimensão estética: são um modo radical de respeito e de não banalidade em relação ao outro cuja relação nos constitui, como diz Panikkar.²¹

A racionalidade discursiva (com sua gramática, com seus sistemas léxicos, com seu balizamento) é apenas e tão somente uma astúcia da vida e não vice-versa. Na linguagem o homem acontece como humano: para além da tagarelice e da derelicção.²²

A linguagem é perigosa porque nela está jogado o destino do homem e do Ser. Neste apelo pela dignidade do homem acontece o ético, o justo, o enraizamento peregrino da memória e da esperança do homem. A linguagem abrange todo o ser humano em seu pensar, em seu querer, em seu fazer e agir.

A racionalidade moderna, do conhecimento instrumental para o domínio do mundo, matemático e experimental, da verificabilidade, da falseabilidade, da comprovabilidade... este pensamento fragmentário e fragmentador da compreensão e do mundo e que nasce da Filosofia da Consciência (sujeito ante objeto), auto-determinação (do pensar e do querer) fez da linguagem um instrumento (entre o sujeito e a realidade como fato), mecanismo exteriorizador do pensamento sobre a realidade. A linguagem seria então e apenas uma terceira coisa entre o pensar e a realidade. O pensamento aconteceria sem a linguagem, antes da

²⁰ Heidegger: 2003, 7.

²¹ In Betancourt, Raul-Fornet e Müller, A. G. *Posições atuais da Filosofia Européia*. Pg.. 193 ss.

²² Heidegger – Ser e Tempo, § 35.

linguagem. O mundo seria produzido pela consciência. “Penso, logo sou...”²³

Os outros aí, caberiam, apenas, como objetos da linguagem ou receptores de comunicação de mensagem gerada na subjetividade. Impossível a relação de sujeitos porque o sujeito é impossível senão como simulação ilusionista de intimidade ou como resultado (sujeito sujeitoado) pela materialidade histórica do modo de produção.

Se a linguagem enquanto inter-relação materializada nas instituições históricas dos modos de produzir e reproduzir a vida em comunidade buscar o seu sentido: só poderá encontrá-lo no interior constitutivo da relação humana enquanto agir ético. As múltiplas experiências do mais valioso nas relações humanas, dos comportamentos balizados pela moralidade, devem ser conduzidas criticamente à reflexão, à racionalidade ética da vida como fonte e fundamento.

Como Levinas dizia: a Ética e não a Metafísica é a Filosofia Primeira. E não no sentido dos epicuristas: o ético é o primeiro enquanto pragmático, prático, busca imediata da felicidade individual, usando os outros para isso.

A Ética enquanto fundamento da moralidade tem como condição a moralidade. Mas a moralidade não é suficiente para se fundar a si mesma. Nem a cogência, nem a consciência, nem a universalidade da moralidade lhe bastam como fundamento. A moralidade acontece como vivência de mundo, como tradição, como aprendizagem, como a exigência da nomia vinculativa ao grupo e à sociedade. Como a vida boa aprovada pela comunidade, na visão de Aristóteles.

O fundamento da moralidade não está na racionalidade universalizante, na coerência (por impossibilidade e absurdo), na exigência da convivência. A racionalidade, a forma é astúcia da vida. Sem ela seria impossível viver e conviver... Mas ela não é suficiente para dar conta da moralidade e da ética. Este é apenas o lado negativo da fundamentação... Poder-se-ia dizer, em comparação, que a feminilidade é condição da maternidade mas não é sua causa, sua razão suficiente. Sem ela ninguém é mãe, mas não basta ser feminina para ser mãe. O mesmo se poderia dizer do cérebro em relação ao pensamento: o cérebro é condição do pensamento mas não é sua causa. Não basta o cérebro para pensar. É condição *sine qua non*, mas não é causa, razão suficiente.

²³ R.Descartes – Discurso do Método.

O fundamento não está ainda no consenso obtido pelos pares em simetria de condições... Nem o discurso fundará a eticidade por consenso quando os pares tiverem alcançado as condições de simetria. A simetria não existe em função do consenso, nem o consenso simétrico é capaz de dar conta da eticidade. O diálogo é condição da epifania e da realização da ética.

A outridade enquanto novidade, generosidade, criatividade, convite e convocação à superação de cada um funda a eticidade e a moralidade. Funda também o discurso enquanto realização do encontro dos diversos e não como unificação universalizante do mesmo...

Não é porque o discurso político prepara, precede e acontece como consenso (real ou disfarçado... convencer o povo através da mídia, através das aparências...) de projetos votados por maioria, por unanimidade ou não que o discurso se faz ético. A ambigüidade da palavra permite o engodo, a enganação, o duplo sentido atrás da qual se esconde a esperteza da razão cínica, como fundamento do agir político.

As condições éticas do discurso (veracidade, coerência, verdade...) não fazem o discurso ser ético se ele não for a expressão da audiência do mais fraco, se ele não for a voz do mais fraco... e não apenas o eco da voz do mais fraco... nem a voz potente e potencializada do mais forte enquanto se diz e se faz representação do mais fraco. Aqui a companhia, a assessoria do intelectual orgânico deve ser repensada na perspectiva de Gramsci, Paulo Freire e na experiência de múltiplos movimentos sociais.

É possível uma real transcendência da eticidade sem uma econômica transcendental? ²⁴

Não basta a boa vontade, a boa consciência, a boa intenção para que o ato se faça ético. (Kant). É condição relevante mas não é causa.

Não basta o reconhecimento da comunidade para que o ato se faça ético (Apel, Habermas, Gadamer, MacIntyre). É condição relevante mas não é causa.

O grito do excluído clamando por justiça oferece o critério para o agir e para o falar ético. Ele é a causa e o fundamento.

A ética do discurso como é proposta por Habermas e Apel não dá conta de fundamentar a ética do discurso político porque a racionalidade instrumental (razão estratégica que vincula meios a fins) da comunidade real (de comunicação ou de vida na visão de

²⁴ Esta é a pergunta fundamental de Dussel quando busca uma fundamentação para a Ética. Dussel, 2000.

Husserl e Heidegger) não admite a inclusão dos excluídos (nem como comunidade ideal contrafática) nem como comunidade de vida universal, porque o cínico (que se recusa ouvir o argumento do excluído, baseado que está no poder do sistema como fundamento) não entra no discurso argumentativo do excluído. Em não entrando, faz com que a interpelação do excluído que argumenta pedindo justiça, seja colocado fora da história e do mundo (mundo este considerado *a priori* como fundamento do discurso). A argumentação ética, supondo a possibilidade de igualdade dos interlocutores a longo prazo, pretendendo cuidar dos efeitos sobre todos os envolvidos posteriormente, não é ética em si mesma. É um aceno, uma possibilidade que exige ser ato.

A ética do discurso (Apel e Habermas) é eurocêntrica, fundada no projeto europeu de civilização (invasão, dominação, colonização) cujo epicentro é o mercado (em suas etapas mercantilista, manufatureira, industrial, financeira e virtual global ou de capitalismo tardio...) em toda a organização econômica, social, política e cultural... O mundo da vida ou o mundo europeu-global é dado como natural evolução da humanidade... e a exclusão é tida como consequência natural da evolução... O mundo da vida com seu capitalismo ou socialismo estatal, tem sua razão estratégica, unidimensional que não permite ouvir o argumento do excluído, a não ser que o excluído adquira posição de igualdade para a interlocução. Então sim, (e isto nunca acontecerá, é ilusão, utopia em sentido negativo) haverá a solução dos conflitos de interesses ou de argumentos através do argumento mais forte, renunciando a solução à força ou violência.²⁵

Duas pessoas em conflito de interesses, chegarão a um consenso (acordo) pelo discurso argumentativo? Apel supõe que sim. Mesmo porque se um dos conflitantes não aceitar as regras éticas do discurso argumentativo, já está aceitando, em sua negação (performativa) que as regras éticas do discurso sejam válidas. A boa vontade (suposta por Kant) para o diálogo é, no fundo, coerência apenas consigo próprio. O cético, mesmo se quiser ser cínico fugindo ao debate, pode ser desmascarado com as regras éticas do discurso que ele supõe ao fugir? Ao cínico não interessam os argumentos porque o fundamento de sua decisão, para além de toda argumentação, está no poder em si e para si mesmo. O poder é o fundamento do argumentar, dirá ele e não vice-versa.

Para o cínico, o argumento é visto como arma eficaz para produzir o consenso, enquanto o consenso seja a própria eficácia do

²⁵ Cf. Dussel, *Apel Ética do Discurso x Ética da Libertação...*

poder. Não é, porém, o contrário que acontece: o consenso gera seus argumentos, e sua coerência?

A solidariedade, a fé, a confiança, produz sua lógica e sua coerência e não vice-versa. E se a lógica, o argumento pudesse produzir eficazmente uma conclusão, ele culminaria, como na civilização indo-européia num Deus ex-máquina, gerado e garantidor da guerra e da propriedade. O argumento, enquanto violência simbólica, é sempre violência, opressão, concussão, armamento, guerra. E a guerra nunca gera a paz. Violência só gera violência. Uma razão armada, porém “não se desarma a si mesma, nem com outra razão mais poderosa ainda”²⁶

Por isso a ética do discurso é indispensável para quem, com confiança, boa-vontade, solidariedade (a partir do mais fraco) queira construir institucionalmente o consenso. Mas o fundamento desta ética não está no procedimento ético da argumentação, nem no conteúdo por ela produzido. O fundamento transcendental acontece como exigência de justiça que aparece no grito do excluído, no rosto, no cara a cara do mais excluído e configura o próprio procedimento discursivo e de consecução do consenso.

A aceitação, a crença na palavra do excluído, o confiar em seu argumento vindo de fora do sistema e contra o sistema que o oprime, a “boa vontade” é um ato de fé ou uma decisão racional? É uma racionalidade pragmática e não apenas noético-teórica? Uma fé racional-pragmática? Uma fé religioso-teológica? Afinal a relação inter-pessoal (que abrange a lingüística, a economia, a política, a ética, a filosofia...) pode ter outra fundamentação que não a confiança na palavra do Outro? O poder, fruto da propriedade que nasce da guerra, enquanto relação inter-humana pode ter racionalidade sem contradição? Ele não é a própria negação de sua possibilidade?

Por isto não resta outro caminho senão acreditar? Mas acreditar não é o que resta o que sobra quando a razão não encontra apoio em si mesma? Na verdade, confiar é o fundamento da própria racionalidade. A razão não é auto-poiética, autárquica em si e para si mesma. É preciso crer no poder da razão, na correção como caminho para a verdade, para que a verdade aconteça entre pessoas (como o quer a própria Ética do Discurso). A confiança no caminho, na racionalidade, no procedimento nasce da confiança na outridade do outro que me interpela.

Mas, por que acreditar no Outro? Por que ele é do meu grupo, raça, classe, família, nação? Neste caso acreditar no outro

²⁶ Panikkar, R. in Fernet-Betancourt e Müller, 2002, 193.

seria o mesmo e pressupostamente que descrever em quem não é de meu grupo, classe... Amar seria odiar juntos o mesmo inimigo (Sartre). A solidariedade aconteceria como medo, apenas (Hobbes)... Por que, então, acreditar, ouvir o argumento do excluído do sistema se eu estou no sistema? Para que ele não me destrua? Para que ele não destrua o sistema? Aceito que ele entre no sistema, que faça parte do sistema, apenas, para que o sistema seja garantido e reproduzido?

Eu que estou no sistema quero que o excluído entre no sistema, seguindo minha razão estratégica (reforma, revolução, evolução, mudança...)? Quero subsumir sua diferença no sistema que vale por si mesmo e por seu poder auto-poiético...? A vanguarda dos movimentos operários, com o partido, com os líderes, os ativistas sociais na experiência política do século XIX e XX parece estabelecê-lo como dogma não aceitando a função de simples e eficaz assessoria, como intelectuais orgânicos, que simplesmente assumem a voz do excluído como sua voz e não v.v. e se fazem serviços solidários a seu movimento libertário (mesmo contra a lei e contra a moral)!²⁷

A solidariedade o limite e o horizonte último. Ela própria, sem limites? Para além do sistema? É possível um fundamento ético transcendente ao sistema e, ao mesmo tempo, aos interesses do excluído? A vida? A vida como necessidade, produção e consumo? A vida enquanto solidariedade comunitária que prioriza o mais fraco? A produção, a reprodução da vida humana em comunidade responsável em seu desenvolvimento como fundamento.

Sem isso, cairíamos novamente na subjetividade voluntarista como fundamento do ético, desta vez nas mãos do excluído, que, na qualidade de excluído tem todo o direito de estabelecer o critério do justo, do moral, do ético.

Se o excluído, que fala de fora do sistema (econômico, político, social, cultural e ético), enquanto oposto ao sistema não aceitar fundamento ético nenhum (como a solidariedade radical com o mais fraco) para sua proposta de libertação no pressuposto que toda ética sempre surge do sistema e da elite hegemônica no sistema, haverá possibilidade de consenso, de ouvir, de acolher o que ele diz?

Se promover a manutenção, a reprodução e o desenvolvimento da vida humana com dignidade numa

²⁷ "...a degeneração de generosidade no stalinismo é muito mais grave" que a fissura entre socialismo anarquista e socialismo marxista. Lévinas, in Fornet-Betancourt e A. Muller, 2002 p 191.

comunidade responsável é o critério da ética: ninguém poderá eticamente promover a morte, em si ou nos outros como meio, instrumento para alcançar outros fins. Ao não aceitar a morte que o sistema lhe impõe, o excluído que busca reformular o sistema para poder viver não pode ter como critério matar os outros para poder viver. Na legítima defesa contra o agressor, isto não acontece e, por isso ela é ética. O critério porém da luta libertária, que não pode ser decidido universalmente sem considerar as condições concretas, não pode fundar-se na morte do outro. O que não impede que os excluídos, em sua comunidade de luta, sejam enérgicos e, mesmo, revolucionários se necessário.

Por outro lado, é possível ouvir a interpelação do excluído desde a negação absoluta do sistema em que se está? Uma ética que transcenda o sistema, que o faça abrir-se para além de si mesmo, não deverá também iluminar o projeto libertador? A negação dialética do oposto não é causa ou razão suficiente de seu oposto, nem lhe dá sentido. É preciso elaborar um novo sistema que permita a inclusão dos excluídos. Uma nova experiência comunitária, sem o leviatã de um Estado Universal que, em sua uniformidade absoluta identificasse o público com ele próprio? Como fazê-lo quando as instituições que se fazem mediações universais (meios de comunicação, informática, armamento, mercado...) parecem negar a experiência ética do comunitário, com sua outridade, sua significação e eficácia?

Em síntese:

As condições de um discurso ético, seguindo Karl-Otto Apel e J. Habermas, são, no mínimo 4:

- a) a pretensão de compartilhar um significado intersubjetivamente válido com os interlocutores;
- b) a pretensão de que o que se diz seja verdadeiro e possa, por isto, ter consenso universal; seja válida para a comunidade de comunicação concreta como antecipação de uma comunidade ideal de comunicação;
- c) a pretensão de veracidade ou sinceridade: o ato de fala é expressão da intenção de quem fala;
- d) a pretensão de que o ato de fala manifeste algo moralmente relevante para os interlocutores e seja correto e coerente

As condições de compreensão da ética segundo Dussel:

- a) Que tenha um conteúdo ético material com pretensão de universalidade
- b) Que não se reduza ao formal onde a universalidade nega a carnalidade
- c) Que vise ao Bem
- d) Que seja práxica (que tenha efetividade): o bem com suas mediações.
- e) Que as mediações não sejam meros meios justificados pelos fins
- f) Que os meios e os fins se justifiquem no conteúdo material com pretensão de universalidade: escutar o clamor do excluído pedindo justiça.

Retomando: a vida é constituída, articulada, estruturada simbolicamente como linguagem, narrada como mito que acontece ritualmente no mundo como totalidade de significações, enquanto desvelamento, epifania do sentido do Ser. A verdade da linguagem acontece na errância, enquanto temporalidade (kairótica e não apenas cronológica), enquanto compreensão, discurso, fala que vem do silêncio escutado e ouvido...A linguagem acontece no e como diálogo, como encontro.²⁸

Ora, a linguagem enquanto encontro do homem com o outro, através do mundo, acontece como ação e o agir tem como horizonte o ético.²⁹

A ética, enquanto Filosofia Primeira, que funda inclusive a Metafísica e todo o saber (saber fazer, saber agir, saber saber) é o saber da co-responsabilidade “medida levada ao infinito do ser-para-o-outro da proximidade e como sabedoria do amor”³⁰.

O discurso, enquanto articulação da linguagem, não coincide com a linguagem. Ele está na linguagem, e não vice-versa. O estatuto do discurso é a linguagem, sua racionalidade está na linguagem e esta é o acontecer da existência ética.

Assim a política, em suas ações, em sua estrutura e acontecimento materializa o comportamento ético do homem. O discurso que localiza as cenas, os atores, em seus espaços e tempos, não apenas constitui o agir político em suas significações, mas implica o humano do homem. A linguagem sempre é perigosa porque nela se joga o destino do homem, em sua memória, em sua identidade, em suas possibilidades e esperanças.

²⁸ Zanotelli, 1996: 79.

²⁹ Aristóteles, *Ética a Nicômaco*.

³⁰ Lévinas, 1974: 205.

O discurso político enquanto discurso pode ser ético em seu conteúdo ou em seu processo. Assim, o discurso político pode falar sobre o sentido ético do político e ele próprio não ser ético. Não basta falar sobre a ética para ser ético. Por outro lado o discurso político deve obedecer também as condições para um discurso ético.

Neste sentido ajuda-nos o pensamento de Karl-Otto Apel quando diz que as condições de um discurso ético que busca a “formação do consenso por argumentos podem ser caracterizados muito toscamente como segue: a) primeira, a pretensão de compartilhar *um significado* intersubjetivamente válido com os meus companheiros; b) segunda, a pretensão de *verdade* como pretensão de consentimento virtualmente universal; c) terceira, a pretensão de *veracidade ou sinceridade* de os meus atos de fala tomados como expressões das minhas intenções; d) e quarta, a pretensão de *correção moralmente relevante* de os meus atos de fala, tomados como ações comunicativas no sentido mais amplo de dirigir-se a possíveis interlocutores”³¹.

A crítica que se faz a Apel e também a Habermas é a de pretenderem uma ética formal, sem conteúdo e, especialmente, sem o conteúdo das relações humanas concretas. Critica-se mais ainda o fato de imaginarem condições ideais de simetria dos participantes, igualdade essa que tornaria desnecessária a perspectiva ética do agir. Se a ética se funda no consenso dos pares e o processo discursivo na racionalidade do argumento mais forte e convincente, próprio de um pensamento de primeiro mundo que olha para si mesmo como critério de civilização, jamais haveria uma relação ética, um consenso, uma simetria possível com os excluídos do sistema econômico, político, social e cultural engendrado pela Europa e tornado global. Ora a ética necessita de um critério material, a reprodução e desenvolvimento da vida humana digna em comunidades responsáveis, para validar-se. O clamor dos excluídos pedindo justiça, organizados desde si mesmos, acompanhados por quem tiver boa vontade e competência para assessorá-los, é, na verdade, o critério mais fundo da ética política. As condições éticas do discurso trazidas por Apel são necessárias mas não suficientes para dar conta de um discurso ético e muito menos de um discurso político ético.

A crítica se aplica também ao pensamento de Habermas em sua distinção do discurso como ação estratégica oposta ao discurso como ação comunicativa. A ação estratégica, como o próprio nome

³¹ Dicionário do Pensamento Contemporâneo, 2000: 283.

o diz, busca estratégias e táticas para vencer o argumento contrário, para destruí-lo, como uma ação de guerra onde o objetivo é ganhar e vencer. A ação comunicativa visa compor um consenso com o interlocutor trazendo argumentos de racionalidade que possam convencer o outro e ganha-lo para a nossa tese, vista então como síntese das interlocuções desde o argumento mais forte. Tem-se dito que se o consenso obtido estratégica ou comunicativamente fosse, por isso mesmo, ético, a máfia poderia dizer que suas ações e discursos são perfeitamente éticos.

Para que o discurso político aconteça como ação comunicativa e não apenas como ação estratégica, como diz J. Habermas, é preciso que a ética não se baseie apenas nos pressupostos expostos por Apel, mas que efetive, produza a inclusão dos excluídos, os marginalizados pelo mercado, isto é desmonte o mercado baseado apenas na propriedade exclusiva e absoluta: a simetria dos interlocutores é condição da ética do discurso. A verdade, a veracidade, a coerência do discurso político não se sustenta legitimamente como conquista do consenso (pela manipulação do discurso midiático) que pode ser o de uma máfia, do grupo isonômico (simétrico) que detem o poder. Se os excluídos da interlocução não tiverem a primazia, a prioridade em seu clamor por justiça (e se o espaço político não for uma caixa de ressonância das necessidades do povo, máxime dos mais fracos), o discurso político perde o fundamento ético, e a ética não passará de má consciência, de má fé, mesmo que travestida ideologicamente das roupagens do Estado de Cristandade.

3. Alguns pressupostos Ético-políticos

A ética se funda na política ou a política se funda na ética? A ética se funda no discurso ou o discurso se funda na ética? A política é a administração da palavra, do discurso? No Ocidente, o discurso se funda no Estado de Cristandade: o poder, a propriedade sagrada, o poder que vem da natureza ou de Deus... a guerra, a invasão, a opressão, a violência sagrada, excludente, individualista: o mercado.

No Estado de Cristandade, não importa quem tem o poder: o chefe religioso (800-1648) ou o chefe político (1648-1962), ambos subsumidos no poder econômico. O que interessa é que o poder é sagrado, absoluto quer ele se faça através da Inquisição ou através do Estado. É válida a afirmação da Modernidade de que o Estado tem o monopólio da violência? Monopólio sempre exercido por alguns, a favor de alguns e contra alguns...?

A política é materialização da ética, no discurso. A política é um acontecer ético. Sem ética não há política. Ora, a corrupção é uma fato político eminentemente ético. Sem ética, a corrupção não seria corrupção: seria o modo normal, justo e humano de fazer política.

Para evitar que a política fosse alcançada pela ética, uma vez que a ética estava refugiada nas instituições de poder do Estado de Cristandade dominadas pela hierarquia eclesial, os burgueses desatrelaram a política da ética. (desde Kant)... Assim a ética e a religião seriam comportamentos privados, da intimidade, onde cada qual guiado pela amálgama imprevisível da sensibilidade, pelos sentimentos e paixões irracionais decidiria como melhor lhe aprouvesse sobre a vida. A política, pelo contrário seria o espaço de domínio público, com critérios públicos ditados pela república da igualdade, liberdade de contratar e empreender: a livre concorrência protegida pelo Estado e avaliada pela competência de cada um em cuidar dos próprios interesses.

A publicidade, porém, é a publicidade constituída e articulada pela discursividade: a competência na argumentação faria valer o argumento mais forte para se obter um consenso sobre o público.

As condições da argumentação definiriam a eticidade de um discurso na publicidade. O pressuposto da simetria dos interlocutores é uma ilusão iluminista que esconde, dentro em si, a exclusão e a justificação da opressão dos mais fortes. Embora a comunidade de interlocutores simétricos seja um “nós”, e até permitiria um outro ainda não incluído na comunidade discursiva, pode no entanto deixar o “vós” como excluído ou como aquilo que gradativamente poderia ser incluído, no momento em que estivesse simétrico nas condições de discursar. O outro, porém, não tem identidade, ser, substância própria. Não tem voz nem razão para falar.

Se a democracia é a melhor forma ética da política, a democracia é constituída, construída, articulada discursivamente: como ato de fala ético, como ato perlocucionário.(Austin)³²

³² São relevantes as conquistas sobre o significado da linguagem, tais como: Linguagem é falar e falar é agir (o agir enquadra-se na ética: Aristóteles). Falar é ação e relação inter-humana (J. Searle). R. Jakobson: é ato de comunicação. E. Benveniste: a enunciação deixa marcas, rastros institucionais, efetividades. Na linguagem acontece a nomeação (transformação) do mundo, a expressão do homem, a comunicação. O modelo semita de linguagem expresso nos três primeiros capítulos do Gênesis, são disso paradigma. Se o sentido da linguagem acontece em seu uso, guiado pelo consenso grupal como um fazer (Austin), falar é um agir com sua força elocucionária Há

A linguagem do discurso político é pois a articulação simbólica que o homem faz do mundo, do mundo da vida como cultura em seu sentido mais amplo: economia, política, organização social, cultural... É pela e na linguagem que o homem habita o mundo com os outros homens. E a política é ação discursada e discursiva em suas múltiplas manifestações³³

A ação política deve corresponder ao discurso, no discurso e como discurso: é no discurso que ela aparece e acontece como justiça, verdade ou desrazão, falsidade, mentira, absurda e contraditória.

enunciados constativos (descritivos) e outros performativos (realizam o que designam). O agir acontece no dizer e naquilo que diz: Prometo... O ato lingüístico: ato **locucionário** (enunciado como sentido ou referência); ato **elocucionário** (afirmação, ordem, conselho, pedido: compromete o locutor e acontece no próprio ato locucionário); ato **perlocucionário** (ação eficaz sobre outrem por meio do ato elocucionário). O discurso é um dizer algo (locucionário), operando, agindo, fazendo, produzindo algo (ilocucionário: são atos que são assertivos, comissivos, expressivos, declarativos), produzindo algo no outro (perlocucionário): Searle. Todos são auto-implicativos e intencionais (como dizia Husserl?).

A palavra se temporaliza como verbo... o verbo é a temporalização da palavra... e o tempo é não apenas kronos (mensuração, medida, controle da passagem das coisas segundo o antes e o depois: Aristóteles), mas é kayrós (o acontecimento, a epifania do sentido, do transcendente, da oportunidade que se experimenta na prudência...) Raga.... A linguagem como oportunidade do acontecer (identitário) de uma pessoa frente a outra, na comunhão que pode ser ódio ou amor...

³³ A linguagem é metáfora e ironia. O significado transita (translatio) nas palavras. O gesto, o tom, a circunstância, o olhar, a pausa... faz um significado transitar de um *lócus* para outro, de um *topos* para outro. São figuras da palavra, um *tropo* (comparação ou semelhança, similitude, analogia de objetos, inter-seção de significados num termo, como tradução antes de substituição de termos. Não é metonímia: dois sentidos justapostos, paralelos, nem comparação onde um dos termos se calou. A linguagem é metáfora: G. Vico (Scienza Nuova), J. G. Hamann (Schriften: o poder criador da linguagem... "sem o verbo não há razão, não há mundo"), B. Croce (Breviário di Estetica): caráter natural existencial como criatividade, representação individualizante, e subjetividade Ernst Cassirer (Die Philosophie der Symbolischen Formen) como origem dos mitos (identificando objeto e expressão simbólica). P. Ricoeur: deslocamento da esfera da palavra para a frase (parentesco), verdade enquanto compreensão narrativa, implicando hermenêutica da compreensão e não só da explicação.

Ironia é antífrase (diz o contrário do que diz), zomba da aparência tomada como realidade, mostra a humildade como expectativa de que os outros vejam a superioridade. Virtude? Rir da própria desgraça, é mostrar a inutilidade da desgraça... a piada... "Tudo é outra coisa" Fernando Pessoa. Kierkegaard... Aristóteles, Tomás de Aquino e Kant... a seriedade como sentido da vida? A alegria, a gratuidade fundamentam a ironia...

Para entender concretamente a situação da política no Brasil hoje, em seus mais variados procedimentos e instituições parece útil lembrar a elisão ética que, historicamente se operou em duplo movimento: a do ceticismo e a do cinismo com suas razões estratégicas:

a) **O ceticismo**

O cético afirma que é impossível demonstrar a verdade sobre qualquer coisa. Cai então no relativismo: a verdade é como cada qual a vê. Ou simplesmente no nihilismo: nada pode ser demonstrado como verdade. Sob o pretexto de que é inviável e mesmo impossível demonstrar uma fundamentação última da ética, o relativismo de fundamentação resulta em refúgio contra toda crítica ao ato anti-ético. A fundamentação é tida como ideologia justificadora de interesses. A não universalização do princípio ético, fazendo com que cada um tenha como válido, como justo, como ético o que justifica seu grupo, sua classe, seu partido, sua estratégia de poder, ou o que motiva a busca, a manutenção e a permanência no poder, seja o princípio último.

A perspectiva individualista (a propriedade como alma do mercado mundial, o coração do projeto europeu de civilização) transformou o ético em assunto privado (assim como a economia e a religião, e os valores). Assim a ética jamais será pública e os assuntos públicos (entenda-se o Estado como o lugar do público) não serão alcançados pela ética. A moral resultante da normatização valorativa feita pela elite dominante e hegemônica como critério de sua própria reprodução e sustentação fica, assim, determinada pelo poder e as estratégias de convencimento que o poder tem: traduzido isto como consenso democrático.

Efetivamente não há verdade, nem caminho (método) para a verdade do pensar, do fazer e do agir. Há sim verdades para cada indivíduo: correspondentes a seus interesses.

Se a racionalidade moderna, unidimensional, estratégica, liberta e desligada da teologia dogmática, e da prepotência dos reis, se fez subjetividade (como consciência individual ou de classe), preconceito etnocêntrico europeu (de um “eu penso” como consequência de um “eu conquisto”) e se a pós-modernidade se fez negação dessa racionalidade a partir do fracasso desta racionalidade tomando o sentimento, o desejo, o interesse o critério universal de ser, agir e pensar, então não haverá critério que se imponha,

universal, que possa ser aceito por todos como regra do agir e do discurso político.

E quando o cético é acusado de contradição performativa porque supõe como universalmente válido o que ele nega, fazendo da contradição e do absurdo de seu discurso uma exigência de superação da contradição, ele buscará refúgio no cinismo...

b) O cinismo

O cínico não só nega o valor veritativo de qualquer argumento, como também se recusa a participar do diálogo... Ninguém combaterá o cínico que, dizendo-se fora do diálogo, das regras e pressupostos éticos do diálogo, se faz inatingível às críticas. O cínico não combaterá o opositor, apenas rirá dele, zombará sobranceiro do interlocutor. A solução de conflitos acontecerá como consequência do poder, da força, (física, econômica, política ou cultural), da violência física ou simbólica...³⁴

Cínico é aquele que não tem pudor, vergonha, constrangimento em dizer, afirmar ou negar qualquer coisa, contanto que isso obedeça a seus interesses.

Joga só com as oposições, jamais com a síntese, com a solução. A racionalidade, a logicidade, a coerência importam menos que o convencimento, a persuasão... A onipotência da palavra, da oratória, da TV, da imagem impávida para fazer crer que diz a verdade e está convencido da verdade que diz. Na verdade não diz a verdade, nem está convencido da verdade que diz. Pode, estrategicamente, praticar as senhas próprias de sua corporação de interesses: é preciso que diga que é sincero, transparente, honesto... É preciso que faça encenação de revoltar-se contra acusações injustas, caluniosas, apelando sempre para as conquistas da civilização (como: todos são inocentes até prova em contrário; a prova deve ser contundente e material; os acusadores não podem apelar para seu próprio crime... todos são assim, foi apenas um descuido... desculpas...)

³⁴ “**Cinismo**: Sistema dos filósofos cínicos; (fig) falta de vergonha; impudência; descaramento... **Cínico**: adj. Pertencente a uma seita de filósofos gregos que desprezavam as fórmulas e conveniências sociais; (fig) impudente, desavergonhado; obsceno; s.m. filósofo cínico; (fig) indivíduo sem pudor, desavergonhado (do lat. *Cynicu*, do greg. *Kynismos*) (Fernandes *et alii*. *Dicionário Brasileiro Globo*, 51ª Ed. São Paulo: Globo, 1999.)

Todas as conquistas, ele as recolhe para si, mesmo sabendo que não é verdade... Todas as propostas, os sonhos, ele os expõe como realizações mesmo sabendo que não acontecem... E quando os opositores buscam elementos para mostrar a falsidade do afirmado, ele se adianta mostrando “novas” realizações e propostas para apagar as críticas e suspeitas....

Dionísio é o paradigma de filósofo cínico depois de **Diógenes de Sínope** (423 aC-323 aC). Este era filho de banqueiro e falsificador de moeda, por isso expulso de sua terra, vive em Atenas e morre em Corinto. Transforma o cinismo teórico de Antístenes em cinismo prático. Sem o poder da polis que Alexandre havia destruído, restava o homem ser pensado como indivíduo, habitante do cosmos (cosmopolita). O indivíduo, livre (com liberdade de palavra – *parresia* – e liberdade de ação – *anaideia*), autárquico (auto-determinado) que busca a fadiga e o exercício corporal para a apatia, zombando de todas as convenções sociais, vivendo sem metas e sem necessidades como os ratos (animais), fazendo tudo à luz do sol incluindo necessidades fisiológicas e masturbação:

Expunha ao ridículo a nobreza de berço, a reputação e coisas semelhantes, julgando-as ornamentos exteriores do vício... Não achava de modo algum estranho roubar alguma coisa de um templo ou tocar a carne de qualquer animal; nem considerava uma impiedade comer carne humana, como era claro que faziam alguns povos estrangeiros ³⁵Admitia a comunhão de mulheres... os filhos deviam ser comuns... Quando precisava de dinheiro, recorria aos amigos dizendo que não o pedia como dom, mas como restituição...(*Ibid.* 32)

Eu sou cidadão do mundo... eu sou o libertador dos homens, o médico de suas paixões; em suma sou o profeta da verdade e da franqueza... As qualidades que deves ter são essas: ser desavergonhado e arrogante, insultar a todos igualmente, sem ter respeito por reis ou particulares; e assim todos te admirarão e te considerarão corajoso. Deves ter um modo de falar bárbaro, uma voz estridente como um cão, um rosto desdenhoso, um andar estranho, tudo o que possui uma besta selvagem; nem pudor, nem doçura, nem moderação, nem vergonha na cara. Vai aos lugares mais freqüentados, e ali permanece só, despreza a todos, foge da amizade e da

³⁵ Diógenes Laércio, VI, 72 e 72 in Reale Giovanni, *História da Filosofia Antiga*, III, 23 ss.

hospitalidade que arruinariam teu reino. Faz em público aquilo que os outros se envergonham de fazer em privado, as mais ridículas e torpes luxúrias. Enfim, quando tenhas vontade, morre comendo um polvo cru ou uma lula. Esta é a felicidade que te proponho... Isto é fácil de aprender e praticar, não há necessidade de ensinamentos, de discursos e outras bobagens, mas por um atalho alcanças a glória. E se és um inepto, um engraxate, um açougueiro, um ferreiro, um servente, tornar-te-ás um homem importante se te mostrares audaz e impudente, e se souberes insultar bravamente.³⁶

Cínico deriva de cão, o modelo que Dionísio propunha seguir: viver e agir como os animais, sem crescer necessidades, desprezando todas as convenções sociais (econômicas, políticas, afrontando Alexandre Magno que lhe dissera: “pede-me o que quiseres e eu te darei” e ele respondeu: a única coisa que eu quero é o que tu não me podes dar, o sol...pois o Imperador fazia sombra em sua barrica) sendo conscientemente um borderline, em favor de ninguém... Neste sentido o criticismo de Nietzsche e Foucault podem se aproximados do ceticismo e do cinismo. O cínico transforma o relativo, (da verdade, do fazer e do agir institucional) como desprezível... Mostra-se como pretensão absurda de quem se faz absoluto, truculento, déspota, tirano, inquisidor, torturador...absolutamente só e para quem os outros são o inferno. Os valores estabelecidos devem ser desprezados, aniquilados porque estão, foram implantados e são limitados e relativos. Pior, porque eles se referem à elite, à burguesia e aos interesses da elite e da burguesia, aos que detêm o poder.

Ao cínico não interessam nem a verdade, nem a coerência, nem a solidariedade, nem a construção da superação do abismo... Sua suprema alegria é ver e dizer que todos os outros também estão no fundo do poço. Que todos somos iguais na miséria, na podridão, no limite, na nulidade de sentido do viver. O cínico utiliza o ceticismo, o nihilismo e o modo sofista de pensar e de ser para abrigar-se do ataque e da necessidade de responder... Usará também do estratagema de professar os valores que ele julga próprios de seus eleitores para conquistar o poder em nome da representação deles. Depois praticará seu cinismo pragmático como melhor lhe convier: fidelidade? Compromisso? Respeito às bases? Metas, propósitos de bem comum? “Vale tudo!”

³⁶ Luciano, *Vitarum auctio*, 7-11 in Reale III, 35

O cínico não tem ética, nem moral, nem aceita qualquer critério de ética porque todo critério nega sua liberdade arbitrária de tudo negar.

Se, porém, não há nada para afirmar, por que afirmar? Pratica uma contradição performativa como dizem Habermas e Apel? Supõe, no mínimo, que seja absolutamente verdadeiro que nada é verdade.

Na verdade, nem o cético, nem o cínico dão conta da realidade, máxime da realidade política e seu discurso. A verdade é sempre ética e está relacionada com o discurso ético, enquanto exposição da vinculação ética, enquanto a ética tem razões que pode expor, que deve expor, que clamam por ser expostas.

Neste sentido, enquanto a teoria da ética do discurso mostra a contradição performativa do cético, dentro do sistema, a Filosofia da Libertação mostra que o oponente principal não é o cético e sim o cínico.

A ética do discurso, só cumpre função de racionalidade do sistema, dentro do sistema e para o sistema, enfrentando ali o cético na ciência e na filosofia. O excluído, porém, é deixado de lado à espera de que num futuro possa vir a integrar o sistema e então relacionar-se nas bases da ética do discurso. O oponente, porém, da Filosofia da Libertação não é o cético e sim o cínico: “O filósofo da pragmática transcendental, ao iniciar realmente a argumentar com o cético... encontra-se já dentro de um sistema no qual domina a razão cínica. A ação argumentativa da ética do discurso cumpre uma função dentro do sistema ao ver-se, na realidade, confrontada com o cético, o acadêmico, o cientista (que pode ser um funcionário da razão cínica), mas não descobre seu verdadeiro adversário mais profundo: a própria razão cínica que domina e controla o sistema como totalidade”³⁷

Se o discurso nasce da interpelação ética do excluído clamando por justiça: esse clamor e essa audiência do clamor devem ser expostos na coerência de um discurso ético para alcançar consenso e força normativa ética e moral e jurídica. Vice-versa não vale: a razão, a coerência lógica e discursiva não geram a ética, a esperança, a vinculação...solidária. A coerência, porém, nasce e conclui na priorização do apelo do excluído construindo sua inserção no diálogo.

A fundamentação última da ética, acontece e é experimentada no consenso, como transcendência (teórica e pragmática) quando o consenso resulta do ouvir a voz do excluído.

³⁷ Dussel-Apel 2005 p 175 ss.

Esse critério é um critério formal, material, universal e factível do agir ético. Então, os consensos, obtidos nas pré-condições do discurso ético segundo o formulado por Apel e Habermas, tem sentido ético e são acontecimento ético.

Os argumentos, as justificativas, não valem por si sós. O que lhes confere sentido e valor é a transcendência que se anuncia no grito do excluído clamando por justiça. Todos os argumentos se erguem ou caem, diante da presença dos excluídos que clamam por justiça. Os excluídos, derrubam todos os muros, todos os argumentos, todo o poder que os exclui: “como eles não nos ouvem, nós vamos incendiar tudo”, um adolescente nos incêndios de Paris...outubro/novembro de 2005.

O discurso que não pode afirmar-se como absoluto, como verdade em si mesma apenas porque articulado em sua racionalidade lógica, é relativo não apenas porque é equívoco, polívoco em si mesmo. Assim, interessa observar que a equivocidade do discurso político não deriva apenas da polissemia da palavra, da criptografia da linguagem, da irredutibilidade do sentir ao pensar e ao falar, da insuficiência de uma língua ou da infinitude das proposições e frases nascidas de um conjunto limitado de regras inatas do falante nativo, nem do condicionamento econômico, social e político gerado pelo modo de produção vigente como daria a entender o materialismo histórico, nem da vastidão do inconsciente sempre mais amplo, obscuro e indefinido do que o campo da consciência. Esta equivocidade nasce, alimenta-se e reproduz a contradição de um modelo econômico, político, social e cultural nascido da negação da comunidade, da posse rotativa da terra e da afirmação do poder pela guerra e garantido pela propriedade absoluta e exclusiva demarcada pelo mercado que hoje se fez global. A fonte da equivocidade é a outridade que sempre se impõe como novidade, surpresa, irredutibilidade ao mesmo e que irrompe no clamor do excluído pedindo justiça.

O mercado, como espaço do indivíduo proprietário não conhece limite senão na reprodução da própria propriedade, que encontra sua identidade no apropriar-se de tudo, faze-se o sujeito absoluto da história, da moral, da religião e dos valores. Se tudo se faz relativo ante o poder onipotente do proprietário, a política não poderá ter outro *telos* senão o espaço da esperteza, da ação estratégica que até usa da comunicação como instrumento de poder, na racionalidade da dominação. O poder, determinado pelo econômico e este pelo financeiro, vale por si mesmo e para si mesmo, numa racionalidade cínica que tem como horizonte o

mercado onde tudo ganha valor e se converte em mercadoria, como comentava Marx.

Os pressupostos da ética do discurso de Apel e de Habermas, embora insuficientes para dar sentido à contradição do discurso político em si mesmo, muito menos serve para compreender o caso brasileiro onde, nem sequer são atendidos por alguns dos discursos políticos dos envolvidos em CPIs, e dos que devem dar explicações, considerando que a abissal exclusão em que vive grande parte da população brasileira é tida como normal (sempre foi assim, não se resolve o problema numa legislatura...)

A ética que busca fundamento no clamor do excluído que pede justiça, articulando-se em instituições que buscam garantir a reprodução e desenvolvimento da vida humana em sua dignidade, é a ponta de sentido que pode permitir esclarecer estes discursos.